

A EDUCAÇÃO E A ATUAL PANDEMIA: matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem!

“EDUCATION AND THE CURRENT PANDEMIC: kill tomorrow the old enemy who died yesterday!”

RODRIGO COUTINHO ANDRADE

Doutor em Educação (PPGEduc-UFRRJ)

Professor do Departamento de Geografia do IM-UFRRJ

Membro do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade

Membro do Grupo de Trabalho de Ensino da AGB-Seção Niterói

rodrigoandrade@ufrj.br

LUANA FERREIRA CORREIA

Mestra em Geografia (PUC-Rio)

Professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro;

Membro do NECPEG

luanacorreia88@gmail.com

RESUMO: OS IMPACTOS PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR NOS DIAS ATUAIS, EM VIRTUDE DO ISOLAMENTO SOCIAL PROVADO PELA PANDEMIA OCASIONADA PELO NOVO CORONAVÍRUS, NÃO SE ESMERAM COMO MERO EPIFENÔMENO, MAS DESNUDAM A ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPOS PRETÉRITOS, ACENANDO PARA MEDIDAS POSTERIORES NO SEIO DA AGENDA NEOLIBERAL PRATICADA ATÉ ENTÃO. ISTO POR COMBINAR AS PRESCRIÇÕES CURRICULARES, AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E A FORMAÇÃO-ATUAÇÃO DOCENTE NOS PRESSUPOSTOS DA *QUANTOFRENIA*, RECOMPONDO EM NOVO PATAMAR AS FINALIDADES FORMATIVAS DA ESCOLA INSTRUMENTAL E IMEDIATAMENTE INTERESSADA DA SOCIEDADE DE CLASSES. NESTE SENTIDO, OBJETIVAMOS EXPOR ANALITICAMENTE AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES EM CURSO ACENANDO PARA POSSÍVEIS IMPACTOS FUTUROS, NÃO DESLOCADOS DO CENÁRIO SOCIOECONÔMICO E SUAS VICISSITUDES PARA A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO EM UM CONTEXTO DE ASCENSÃO ABRUPTA DAS NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO E DO PRECARIADO. TRATA-SE DE UMA PESQUISA BÁSICA, DE ANÁLISE QUALITATIVA, DE CARÁTER EXPLICATIVO, QUE SE INSERE NA CATEGORIA DE PESQUISAS DE TIPO BIBLIOGRÁFICO-DOCUMENTAL, NÃO DESCARTANDO FATOS E ANÁLISES PRETÉRITAS PARA MAIOR SOLIDEZ ARGUMENTATIVA.

PALAVRAS-CHAVE: TRABALHO DOCENTE; AVALIAÇÃO EXTERNA; CURRÍCULO.

ABSTRACT: THE IMPACTS ON THE PRODUCTION OF SCHOOL KNOWLEDGE NOWADAYS, DUE TO THE SOCIAL ISOLATION PROVED BY THE PANDEMIC CAUSED BY THE NEW CORONAVIRUS, ARE NOT STRIVING AS A MERE EPIPHENOMENON, BUT THEY BARE THE STRUCTURING OF PUBLIC POLICIES FOR EDUCATION IN PAST TIMES, BECKONING FOR MEASURES LATER IN THE NEOLIBERAL AGENDA PRACTICED UNTIL THEN. THIS IS DUE TO THE COMBINATION OF CURRICULAR PRESCRIPTIONS, EXTERNAL EVALUATIONS AND TEACHER TRAINING-PERFORMANCE BASED ON THE ASSUMPTIONS OF *QUANTOPHRENIA*, RECOMPOSING THE FORMATIVE PURPOSES OF THE INSTRUMENTAL AND IMMEDIATELY INTERESTED SCHOOL SOCIETY TO A NEW LEVEL. IN THIS SENSE, WE AIM TO ANALYTICALLY EXPOSE THE RECENT TRANSFORMATIONS IN PROGRESS, POINTING TO POSSIBLE FUTURE IMPACTS, NOT DISPLACED FROM THE SOCIOECONOMIC SCENARIO AND THEIR VICISSITUDES FOR THE REPRODUCTION OF SOCIAL RELATIONS OF PRODUCTION IN A CONTEXT OF ABRUPT RISE IN THE NEW MORPHOLOGIES OF WORK AND PRECARIAT. IT IS A BASIC RESEARCH, OF QUALITATIVE ANALYSIS, OF AN EXPLANATORY CHARACTER, WHICH FALLS INTO THE CATEGORY OF BIBLIOGRAPHIC-DOCUMENTARY RESEARCH, NOT DISCARDING PAST FACTS AND ANALYZES FOR GREATER ARGUMENTATIVE SOLIDITY.

KEYWORDS: TEACHING WORK; EXTERNAL EVALUATION; CURRICULUM.

INTRODUÇÃO

Qualquer aposta sobre o futuro, em qualquer flanco científico, é demasiadamente arriscada. Mesmo em mãos as evidências pretéritas, toda tentativa de descortinar o inexistente tende a padecer ao fracasso; principalmente no campo das ciências sociais e humanas, vide os goros e assimétricos prognósticos dos diferentes institutos, instituições e especialistas em economia – efêmeros ante a expansão da atual pandemia e as óbvias incertezas do caminho. Todavia, todas as análises apontam para o horizonte recessivo, assim como para a ampliação da contaminação e das mortes de acordo com os prognósticos da Organização Mundial da Saúde (OMS), que passa a tratar o COVID-19 como uma endemia possível de ser controlada – o que não quer dizer erradicada – após cinco anos caso não haja vacina¹.

No caso brasileiro, as previsões econômicas convergem para a retração do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano em diferentes ordens percentuais, com atualizações negativas e números divergentes. Enquanto o boletim Focus estipulou o declínio de 5,12%² na presente semana, após mensurar negativamente a queda em 3,76% na semana retrasada, e em 1,18% no início do mês de abril, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) prevê, de acordo com o período de duração do isolamento social, a subtração do PIB entre 0,9% e 1,8%³. Tais números são considerados otimistas por especialistas em economia no contexto de crises, que projetam o decréscimo acima de 5%, simétricos ao Banco Mundial em meados de abril no relatório *The Economy in the Time of Covid-19*⁴.

Consecutivamente, os dados acerca do desemprego e da reprodução social e material da classe trabalhadora anunciam tempos difíceis, o que em hipótese alguma anula o dilema atual. Se no epicentro do capitalismo mundial os pedidos de seguro-desemprego alcançaram 33 milhões estadunidenses⁵ na semana retrasada⁶, dentre 38 milhões de desempregados, no Brasil a solicitação para o auxílio emergencial foi feita

por 96,9 milhões de pessoas, sendo 50,5 milhões pedidos aprovados; em outras palavras, 53,3% da População Economicamente Ativa (PEA). Sobre o desemprego, a previsão é de ascensão deste quadro para 17,8%, indissociável da retração da renda média em 8,6%, de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV)⁷. Acrescemos a este cenário a elevada taxa de desocupação no término do ano passado, contabilizado em 11,9% pelo Programa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE) (IBGE, 2019). Mesmo apresentando tímida formalização das relações de trabalho, os dados do PNAD-IBGE explicitaram que 41,1% da PEA se encontrava na informalidade antes da pandemia, onde 19,3 milhões de trabalhadores “por conta própria” não possuíam o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) – tendência que abarca também o trabalho complexo.

Ademais, das 1,8 milhão de ocupações criadas desde 2018, 25,9% foram para o labor sem a carteira de trabalho assinada, e 53,3% categorizados como autônomos. Por fim, sobre a força de trabalho subutilizada o PNAD-IBGE (IBGE, 2019) explicita uma tendência após a regulamentação da reforma trabalhista⁸ e a materialização do trabalho intermitente, nos moldes do *zero hour contract* britânico, refletida na expansão em 79,3% desde 2015, gerando a nova morfologia da classe trabalhadora, o precariado da era de serviços (BRAGA, 2012; ANTUNES, 2018). Movimento este que não se dissocia da sua *walmartização* e *uberização*, assim como das consequências da expansão do trabalho morto – composição orgânica do capital –, muito celebrado pelos entusiastas da indústria 4.0 paralelamente ao novo componente estrutural da recomposição burguesa, que aglutina a máxima flexibilização possível⁹, incorporando até novos léxicos que transformam trabalhadores em colaboradores, e a captura brutal da subjetividade (ALVES, 2011) por meio da apologia híbrida entre o “*burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*” (ANTUNES, 2018, p. 34 – grifos do autor), sob o tortuoso

vértice da empregabilidade – que alcança o chão-da-escola.

A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho. Vide a experiência britânica do zero hour contract [contrato de zero hora], o novo sonho do empresariado global. Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a “uberização”, amplia-se a “pejotização”, florescendo uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento (ANTUNES, 2018, p. 23 – grifos do autor).

Abrindo parênteses de modo comparativo à última crise da economia em escala próxima até o presente momento, demarcada historicamente dentre 2014 e 2017, os impactos percentuais negativos alçaram proporções próximas ante o mensurado até agora. No biênio 2015-2016, segundo o estudo de Barbosa Filho (2017), a retração percentual alcançou 3,8 e 3,6 do PIB, em 3,9 e 4,1 no consumo das famílias, e de 4,1 e 6,7 no consumo do governo. Soma-se a isto, a partir de dezembro de 2013, a elevação da dívida bruta, a retração do superávit primário, a escalada inflacionária alcançando 10,67% em 2015, a queda do rendimento em 14% dos 40% mais pobres do país, e o declínio do produto per capita em 9% entre 2014 e 2016. Contexto que impulsionou o discurso e as ações para a intensificação do ajuste fiscal, sacramentado por meio da Emenda Constitucional nº 5/2016 (BRASIL, 2016), conhecida também como a “lei do teto de gastos”, e a retomada da agenda neoliberal ortodoxa pelo atual bloco no poder.

De toda forma, a atual composição da classe trabalhadora no Brasil, assim como no mundo, nos remete aos paradoxos no qual se

assenta o sentido do trabalho na atualidade. Se por um lado reside a impossibilidade de aniquilação do trabalho vivo, vide a necessária existência dos mineradores para a produção dos *smartphones*, por outro se sincronizam as práticas de *turn over* – descartabilidade do trabalhador – associadas ao novo patamar de exploração do trabalho sobre específicos sujeitos históricos – mulheres, negros, imigrantes, jovens, e até portadores de deficiência sob a roupagem inclusiva –, a mediação do labor por aplicativos sob as premissas da economia do compartilhamento (SLEE, 2017), e a criação de ampla reserva qualificada de mão-de-obra, incluindo mestres e doutores (MATTOS, 2011). Caso que se agrava nos dias de isolamento social por meio da Medida Provisória N° 936, de 1° de abril de 2020 (BRASIL, 2020), contemplada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que extrai a mediação sindical da relação capital-trabalho e legitima a superexploração do trabalho, sendo esta uma tendência já ratificada pela face liberal-autônoma do labor, que se coaduna dialeticamente ao processo de dessindicalização e da incorporação do pragmatismo neoliberal no interior dos sindicatos (SOUZA, 2002; ANTUNES, 2018).

Neste intento, a nova gestão do trabalho combina ingredientes salutareos que se reificam material e imaterialmente sob a lógica ideológica (neo)liberal em todos os flancos das relações sociais de produção, e se intensifica normativa e subjetivamente nos dias de isolamento social. Isto por sincronizar o incremento da subsunção da classe trabalhadora ante à dissolução dos direitos trabalhistas e das conquistas sociais históricas institucionalizadas, o refino da gestão do trabalho excedente – simples e complexo – pela inclusão precária e geradora de mais-valor, a recomposição do controle da qualidade e a introjeção de panópticos por meio da captura da subjetividade (ALVES, 2011) e da instabilidade (SENNETT, 2012), e a obliteração do capital na relação com o trabalho gerando a metáfora do *privilégio da servidão* (ANTUNES, 2018). Consecutivamente, observamos nas cidades a ascensão das novas formas e sentidos do trabalho¹⁰ que incidem literalmente sobre a escola por meio da redefinição

das finalidades formativas e a reconfiguração do trabalho dos profissionais da educação.

O breve acamamento com base nos dados econômicos pretéritos, atuais e “futuros”, a exposição das novas morfologias do trabalho e a equiparação com a última crise conjuntural do capitalismo, entendida aqui como uma face fenomênica da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011) ante o esgarçamento do regime sociometabólico, o *continuum* depressivo e os impactos destrutivos em todas as esferas da vida, tem como objetivo apontar as premissas do bloco histórico (GRAMSCI, 2010) para a educação no presente-futuro. Com isso, o objetivo do presente artigo reside no exame de parte das transformações em curso consolidadas pelas políticas públicas para a educação, e possíveis apostas para o futuro, considerando a estrutura do espaço escolar, o trabalho docente e o conteúdo ético-político para a formação humana por meio da atual prescrição curricular – Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – para a formação do “homem de novo tipo” (GRAMSCI, 2015) sob a ideologia da empregabilidade, capitaneada pela Pedagogia das Competências. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisas de tipo bibliográfico-documental, não descartando fatos e análises pretéritas para maior solidez argumentativa.

A EDUCAÇÃO BÁSICA: A ESTRUTURA PRECÁRIA DE ONTEM E OS DILEMAS DO AMANHÃ

A gênese do debate sobre o ensino remoto, ou a educação à distância, em tempos de isolamento social – o que difere da modalidade de ensino Educação a Distância (EaD) –, residiu, e ainda reside, sobre as ações das diferentes instituições escolares para a promoção dos objetivos de aprendizagem, normatizados pela BNCC e regulados pelas avaliações verticais, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e dos pacotes educacionais forjados pelo empresariado aglutinados no movimento Todos pela Educação (TPE). Em

outras palavras, colocações sobre o *saber fazer* profícuo à educação imediatamente interessada (GRAMSCI, 2011), que encontraram de um lado professores politicamente reativos, consensuais ou resilientes e, em grande proporção, sem formação específica¹¹, e de outro consumidores e cidadãos (CANCLINI, 2002), obliterando inicialmente as respectivas contradições e consequências, que hoje estão na ordem do dia como resposta à então confirmação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – o que requer um olhar cuidadoso ao lograr a esta avaliação o pressuposto inclusivo. Ou seja, as contraposições argutivas passaram a incorporar com mais afinco os reflexos da dualidade estrutural escolar no Brasil (KUENZER, 2002).

Mesmo que o Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio de pareceres, com destaque para o Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020 (BRASIL, 2020), busque – sob pressão do TPE – a coordenação das atividades pedagógicas ancoradas na BNCC, e a respectiva orientação para os diferentes sistemas de ensino por meio de medidas interativas para a contemplação da carga horária, do processo avaliativo, e da garantia dos objetivos de aprendizagem em sincronia à formação docente para a mediação tecnológica e o papel de orientação dos pais, não consegue vislumbrar de fato a materialidade concreta que, tanto nos dias atuais, quanto preteritamente, cristaliza o fosso entre as classes sociais. Trata-se de duas faces de um mesmo fenômeno – o idealismo torpe e a ausência material e efetiva do Sistema Nacional de Educação (SNE) para além das centralidades avaliativas (SAVIANI, 2010). Esta assertiva se assenta nos Microdados do ENEM (INEP, 2019), que certificam a inexistência de computador na residência de aproximadamente 32% dos estudantes do estado do Rio de Janeiro que participaram do ENEM em 2018, e que alcança 47% das casas no mesmo estado. Neste sentido, reiteramos como primeiro impacto a ampliação da dualidade escolar verificável nas próximas avaliações externas através da precariedade em casa e nas escolas.

Em 2019, apenas 55,1% dos estabelecimentos públicos de ensino fundamental possuíam bibliotecas, 33,1% apresentaram dependências adequadas para portadores de necessidades especiais, 44,3% contavam com laboratório de informática, 57,6% dispunham de internet em banda larga, 58,4% não tinham rede de esgoto, e 6,1% sem qualquer tratamento de resíduos. Acrescentamos a isto o fato de que 34,2% das escolas, do mesmo nível de ensino, não possuem abastecimento regular de água, e em 10,1% não há energia, água e esgoto (INEP, 2019). Em relação ao Ensino Médio, onde 68,2% dos estabelecimentos estão sob a responsabilidade dos sistemas estaduais de ensino, verifica-se parcial equilíbrio entre as redes federais e privadas no que tange à melhor estrutura para a relação ensino-aprendizagem, e elevada disparidade material nas redes municipais e estaduais.

O segundo possível impacto futuro provocado pelo atual cenário será a ampliação da demanda das matrículas nos sistemas públicos de ensino, em decorrência da queda do rendimento médio da classe trabalhadora. Isto ocorreu entre 2015-2016, de acordo com os dados do Censo Escolar (INEP, 2019), quando aproximadamente 300 mil estudantes migraram para as escolas públicas nas cidades brasileiras, após a expansão de aproximadamente 1,5 milhão de matrículas na rede privada entre 2010 e 2014. No entanto, isto acontecerá no contexto de retração das matrículas nos níveis de ensino fundamental e médio, de elevada distorção idade-série contabilizada em 23,4% das matrículas nos anos finais do ensino fundamental e 26,2% no ensino médio (INEP, 2019), e 7,6% das crianças e jovens fora dos espaços escolares. O que logra pistas para outro incremento da escola básica, existentes nos dias

<i>Recurso</i>	Total	Rede federal	Rede estadual	Rede municipal	Rede privada
<i>Bibliotecas</i>	87,5	98,1	85,4	82,7	91,9
<i>Laboratório de ciências</i>	44,1	83,4	37,5	28,8	57,2
<i>Laboratório de informática</i>	78,1	98,8	81,8	64,4	68,4
<i>Internet</i>	95,1	99,3	93,5	85,9	98,7
<i>Banda larga</i>	84,9	95,1	80,8	70,2	94,1
<i>Pátio</i>	79,2	89,9	74,2	88	90,1
<i>Quadra esportiva</i>	75,9	70	72,8	73,3	83,6

Tabela 1 - Estrutura física das escola de ensino médio no Brasil (2018)
Fonte: INEP, 2019.

atuais, que são os programas de aceleração da aprendizagem, que já fazem parte da rotina escolar no estado do Rio de Janeiro – Programa Autonomia, em parceria com a Fundação Roberto Marinho.

Se tal tendência se confirmar, teremos outro problema. No ano de 2019, a média de alunos por turma no Brasil foi contabilizada em 27 estudantes nos anos finais do ensino fundamental da rede pública, enquanto na rede privada eram, aproximadamente, 24. No ensino médio, a média para o terceiro ano deste nível de ensino era de 30 estudantes nas escolas públicas, e 27 no sistema privado. Os dados disponíveis e sistematizados pelo INEP indicam a contramão das recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018) em estudo publicado em 2018, *Education at a Glance: indicators*, que reitera a média de alunos por turma, para a garantia mínima das premissas da qualidade da educação, em 21 para o ensino fundamental, e 23 para o ensino médio.

Outra tendência verificável na última crise conjuntural, sendo aqui colocada como quarta provável consequência, trata-se da ampliação das taxas de evasão e abandono escolar. Dentre 2008 e 2014, a evasão escolar retraiu em 4,6%, alargando para 11,2% em 2015. O maior impacto da evasão-abandono reside nas regiões norte e nordeste, na zona rural, entre as pessoas pretas e pardas e, obviamente, sobre os mais pobres – 11,8% dos mais pobres, entre 15 e 17 anos,

abandonaram a escola em 2019 sem concluir o ensino médio, enquanto 1,4% dos mais abastados do país saíram dos espaços escolares (IBGE, 2020).

Com um percentual de 7,6% para o país, a evasão dos adolescentes atingia 9,2% no Norte e Nordeste e era menor no Sudeste (6%). O fenômeno era maior na zona rural (11,5%) do que na urbana (6,8%), entre homens (8,1%) do que mulheres (7%) e era maior entre pretos ou pardos (8,4%) do que brancos (6,1%) (IBGE, 2020, s. p.).

Acrescemos a estes dados o contingenciamento do investimento¹² para a educação a partir de 2016 em relação ao PIB, inexorável das investidas para a voucherização¹³, que comprovadamente acentuou a desigualdade escolar nos Estados Unidos da América (RAVITCH, 2011).

A terceira transformação em curso, mais evidente nos dias atuais pela mediação dos estudos à distância por meio de diferentes aplicativos, que não se trata de *homeschooling*, e muito menos Educação a Distância como modalidade de ensino, é a combinação entre a redução do custo das mensalidades nas escolas privadas e a propagação de “pacotes” educacionais. Se por um lado os conglomerados da educação têm apostado nas escolas *low cost*¹⁵, sincronizando a utilização das TIC com a

	6° ano	7° ano	8° ano	9° ano	1ª ano	2° ano	3° ano
Privada	23,7	23,5	23,8	24	27,7	27	27
Pública	27,5	27,3	26,9	26,8	32,1	30,4	29,5

Tabela 2 - Média de alunos por turma nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio de acordo com os sistemas de ensino (2018)

Fonte: INEP, 2019.

Ano	% PIB
2015	5,6
2016	5,5
2017	5,47
2018	5
2019	5,2
2020 ¹⁴	4,9

Tabela 3 - Percentual orçamentário da educação em relação ao PIB (2015-2020)

Fonte: SIGA Brasil.

lioofilização do quadro de funcionários nos mesmos moldes da empresa enxuta, por outro se expandem iniciativas pedagógicas em larga escala nos sistemas públicos de ensino, como por exemplo o contrato firmado pelo estado de São Paulo para a implementação da plataforma Escola Digital, desenvolvido pelos institutos Natura e Inspirare, e pelas fundações Lemann, Vivo e Vanzolini.

Estes mecanismos caracterizam parte dos sistemas públicos de ensino há alguns anos, tendo como marco recente o programa “Amigos da Escola” ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Sobre a redução do quadro pessoal só basta recordamos do trágico acontecimento na Escola Municipal Tasso da Silveira, o “massacre de Realengo” em abril de 2011, ou a falta de porteiros na mesma rede¹⁶, assim como a atuação dos profissionais da educação no bojo da polivalência, da desprofissionalização e da proletarização, lançando para as escolas o debate acerca da violência escolar. Acerca da introdução dos “pacotes” educacionais percebemos um movimento combinado de iniciativas, envolvendo a gestão de escolas públicas pela iniciativa privada, como o Núcleo Avançado de Educação (NAVE) no estado do Rio de Janeiro, implicando na verticalização do conteúdo cognitivo, atitudinal e ético-político em conformidade às intencionalidades do empresariado, e a expansão de iniciativas para a mediação ensino-aprendizagem nos moldes da privatização endógena (MONTAÑO, 2008).

Ao formar essa trincheira junto ao Estado, em aliança com organismos internacionais, ao mesmo tempo em que o empresariado mantém sua hegemonia na condução das políticas educacionais, cria condições para os grupos “filantrópicos-mercantis” e para as grandes corporações do capital aberto ofertarem seus pacotes de ensino, a exemplo da plataforma ‘Aprendendo Sempre’. Nesse processo de capitalização da educação, importante destacar o crescimento das startups (ditos empreendedores sociais) ou edtechs, como são chamadas aquelas voltadas para a educação. Em levantamento realizado na plataforma Distrito EdTech Report, o Brasil tem hoje mais de 400 edtechs e é um mercado em exponencial crescimento (COLEMARX, 2020, p. 14).

O TRABALHO DOCENTE: O QUE ANTECEDE O ISOLAMENTO E O POSSÍVEL PORVIR

Sobre a formação para o trabalho docente, observamos, desde a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015), estratégias para a formação do “professor de novo tipo”. Este dispositivo institucional, que promoveu a ampliação dos créditos práticos e a facilitação da segunda licenciatura almejando o incremento da polivalência docente e o pragmatismo ainda no processo formativo, antecedeu a Base Nacional

Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) (BRASIL, 2020a), e a recente Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) (BRASIL, 2020b). Ou seja, precedeu por meio da forma o presente conteúdo para os cursos de licenciatura no país, que tem como referência a implementação das competências da BNCC nas disciplinas das Instituições do Ensino Superior (IES) voltadas para o magistério, de acordo com o Artigo Nº 2 da BNC-Formação (BRASIL, 2020a, p. 2), por meio da junção entre o conhecimento profissional, a prática profissional e o engajamento profissional.

A premissa da proposta da BNC-Professores são os recorrentes resultados insuficientes de aprendizagem dos estudantes e da baixa qualidade da formação. Em geral, os cursos contam com muita teoria e pouca prática, falta aprofundamento na formação inicial para a educação infantil, alfabetização e anos iniciais, além de estágios curriculares sem planejamento e vinculação com as escolas (BRASIL, 2018, p. 1).

A alegação para a reforma se sustenta em pilares minimamente duvidosos, mas inexorável das premissas do gerencialismo e da responsabilização docente – *accountability* educacional. Primeiro pela afirmação da carência de aprofundamento na formação inicial para a Educação Infantil, sendo este nível de ensino o que apresenta os melhores números no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – logo, os defensores da mensuração o rasgam sem razões explícitas. Segundo, pela declaração acerca da parca prática em relação à teoria, quando o que verificamos é a acentuação do pragmatismo na formação docente tanto pela manutenção dos principais programas para os cursos de licenciatura – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Residência Pedagógica –, quanto pela ampliação dos créditos práticos para a formação de professores antes da atual proposição,

associado ao definhamento das bolsas e programas para a pesquisa científica nos cursos de licenciatura, como o caso da retirada das ciências humanas no rol de prioridades para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Tais medidas vão de encontro às orientações dos organismos financeiros internacionais, como o caso do Banco Mundial. Esta instituição orienta, tomando como argumentação os indicadores do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) e a necessária supressão da reação docente para a implementação das reformas, para a ampliação do *saber fazer* no processo formativo e a adequação cronológica, de acordo com o Método de *Stallings*, para os docentes da Educação Básica (BANCO MUNDIAL, 2014). Estas iniciativas estão prescritas nas resoluções atuais para a formação inicial e continuada por meio da otimização do tempo em sala de aula, do alargamento da avaliação, do compromisso com metodologias inovadoras – que abre um flanco para os pacotes educacionais –, e com as decisões pedagógicas baseadas em evidências (BRASIL, 2020) – mensuradas pelas avaliações verticais que impetram a política do conhecimento (YOUNG, 2011) no Brasil e no mundo.

Nessa perspectiva, os profissionais da educação estariam sofrendo processos de desprofissionalização por diversos fatores, que variam desde a padronização dos meios de trabalho e introdução de tecnologias educativas em larga escala nas escolas até a deslegitimação de seus saberes específicos resultante dos efeitos produzidos pelas avaliações externas, que dão publicidade aos resultados, vinculando o baixo rendimento dos alunos com o desempenho profissional dos docentes (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Isto sem levar em conta as múltiplas funções que sobrecarregam os docentes em tempos de liofilização dos sistemas de ensino, que variam desde o desempenho de funções

como psicólogo e assistente social (OLIVEIRA, 2010), ao cumprimento de metas educacionais envolvendo a relação ensino-aprendizagem aferida *quantofrenicamente* (GOULEJAC, 2007), e a ofensiva ideológica sobre seu trabalho, como a realizada pelo Movimento Escola sem Partido (FRIGOTTO, 2017). Além de aprofundar os vértices para a desprofissionalização, a desidentificação e a proletarização do magistério, não destoante das novas morfologias do trabalho em hipótese alguma, tais assertivas do MEC desconsidera o elevado esforço docente, a parca remuneração, a baixa regularidade dos professores em uma escola, a formação ainda insuficiente – que nos arrisca a afirmar que o magistério no Brasil ainda não se constitui integralmente como ofício –, e o quadro de absenteísmo e adoecimento dos profissionais da educação.

No ano de 2019, 42,9% dos professores do Brasil tinham entre 50 e 400 alunos, trabalhando em dois turnos e mais de uma escola. 7% dos docentes lecionaram para mais de 400 alunos, nos três turnos, e em duas ou mais escolas (INEP, 2019). No mesmo ano, a melhor média salarial dos professores no Brasil, que atuam na rede federal responsável por 0,8% das matrículas na Educação Básica, alcançou a quantia de R\$

7.767,94. Esta, ao mesmo tempo em que computa quase o dobro das demais redes de ensino, está aquém da média dos vencimentos docentes dos países centrais da OCDE, entre 36.900 e 45.900 dólares anuais nos países centrais, e inferior aos países da América Latina – o rendimento anual dos professores no Chile alcança em média 24 mil dólares, e na Costa Rica 24.900 da mesma espécie (OCDE, 2018). Se colocarmos o rendimento anual dos professores da rede em questão, que detém os melhores vencimentos médios no país, na cotação do dólar em dezembro de 2019 – R\$ 4,05 –, alcançaremos a quantia de aproximadamente 23 mil dólares anuais. Enquanto isso, os professores das redes públicas municipais, que lecionaram para 47,5% dos estudantes do país em 2019, obtiveram U\$ 9.235 anuais.

A regularidade docente é outro agravante. Enquanto a OCDE destaca que o mínimo para um professor se adequar a escola, para execução das atividades escolares com referida qualidade, seria o período de cinco anos por razões óbvias, apenas 9% dos docentes no país alcançam este prazo, principalmente por razões materiais – na esfera pública este índice não é alcançado.

	Baixa regularidade (0-2 anos)	Média-baixa (2-3 anos)	Média-alta (3-4 anos)	Alta (4-5 anos)
<i>Total</i>	13,1	37,5	40,4	9
<i>Federal</i>	2,1	32	60,7	5,2
<i>Estadual</i>	6,9	46,4	42,1	4,6
<i>Municipal</i>	16,1	37,4	37,6	8,9
<i>Privada</i>	9,1	30,3	47,5	13,1
<i>Pública</i>	14	39,3	38,6	8,1

Tabela 4 - Indicador de regularidade docente (2018)
Fonte: INEP, 2019.

Por fim, destacamos que 88,5% dos professores do ensino médio no Brasil, sendo essa a estatística mais positiva, se compararmos aos docentes do ensino fundamental, possuem a formação adequada. Ao examinarmos as variáveis do Resumo Técnico do Censo Escolar de 2019 (INEP, 2020), podemos afirmar que somente 32,2% dos professores de sociologia do ensino médio possuem o diploma de licenciatura. O que nos permite afirmar que o magistério ainda não se constituiu como uma profissão de fato.

As informações acima se coadunam ao cenário de precarização do trabalho docente quando verificamos a tendência do regime de contratação e a ascensão do absentéismo. Os dados do Censo Escolar apontam para a ampliação do número de professores contratados

temporariamente, como o caso do estado de São Paulo em relação ao professor eventual (VENCO, 2019) – que podemos categorizar como *uberizado*. Este, convocado pela escola quando houver a demanda, mesmo sem possuir a formação específica para tal – vide a admissão de estudantes de graduação –, não possui nenhum vínculo de trabalho, nenhuma quantidade de horas fixadas no contrato, ou qualquer regulamentação laboral, nos moldes do trabalho intermitente, ou sobre as bases do *zero hour contract* – sendo também avaliado. Diante do cenário de desprofissionalização, cientes de que a convocação do professor eventual ocorre minutos antes do início da aula, o que impede, obviamente, o planejamento necessário, resta-o a reprodução do “pacote” já pronto.

	Concursado ou estável	Contrato temporário	Contrato terceirizado
2012	1.243.073	492.656	6.217
2013	1.256.226	506.020	4.530
2014	1.258.826	526.363	7.022
2015	1.259.124	551.660	5.061
2016	1.261.303	548.522	4.979
2017	1.251.659	543.892	4.314
2018	1.214.210	567.306	5.418
2019	1.202.992	561.058	5.972

Tabela 5 - Vínculo profissional dos docentes da Educação Básica na rede pública de ensino (2012-2019)

Fonte: INEP, 2020.

Outras medidas neste intento se espalham no país, ou quase, como o caso da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) que chegou a desenvolver um aplicativo – *Professor Delivery* – para a contratação de professores temporários. A iniciativa previa uma dinâmica que estabelece um intervalo de 30 minutos entre a convocação e o tempo de resposta do professor, assim como uma hora para chegar à escola; mas não chegou a se concretizar. Porém, no Rio Grande Sul ocorreu a “contratação” de professores voluntários no contexto da greve dos professores no término do ano de 2017, ou o caso da contratação – *pregão* – por menor preço global executado pela prefeitura de Angelina (SC) (VENCO, 2019).

Ambos os casos ferem diretamente o Artigo N° 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulariza o ingresso docente por meio de concurso público de provas e títulos, e a Lei N° 11.738, de 16 de julho de 2008 que institui o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) (BRASIL, 2008) para o magistério. Sem contar que a contratação temporária – intermitente – anula o tempo de planejamento das aulas em dois terços do contratado, como rege o quarto inciso do Artigo n° 2 da lei do “piso”. Ao mesmo tempo, os professores eventuais, ou temporários, ficam excluídos de um dos principais fatores para a valorização salarial docente – o tempo de serviço.

Ademais, é nítida a ascensão do número de professores cadastrados em aplicativos para aulas particulares nos mesmos moldes da Uber – como o caso do *Superprof* –, de modo concomitante à ascensão dos softwares para a “mediação” da relação ensino-aprendizagem nas diferentes redes de ensino, promovendo o refino do apostilamento. Ao mesmo tempo em que isto indica a saturação do mercado de trabalho mesmo considerando a elevada demanda por docentes, esmera de modo profícuo novas formas de regulação da atividade dos professores por meio do controle dos objetivos de aprendizagem e das habilidades e competências prescritas no currículo com fins avaliativos, baseados na performance.

As condições de trabalho e a precarização material tem provocado um cenário gravíssimo de absenteísmo entre os professores. No caso do estado do Rio de Janeiro, no ano de 2017, verificamos que 3.271 servidores solicitaram exoneração, sendo 68% na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Sobre o estado de São Paulo, segundo reportagem da Folha de São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o absenteísmo alcança a média de 36 dias na rede municipal, e aproximadamente 30 dias na rede estadual. Um quarto das razões para as ausências nas redes paulistas são por estresse, sendo os principais sintomas contabilizados em 16,5% por fadiga/cansaço, 15,9% motivados por dor de cabeça, e 15,1% por crise de ansiedade, enquanto os intelectuais orgânicos do capital enxergam como desperdício de tempo. Neste tenebroso cenário verificamos nos dias atuais a demissão de professores pelas distintas redes de ensino, como a prefeitura de Rio das Ostras no estado do Rio de Janeiro¹⁷, ou o caso do Grupo Alicerce, a ampliação da carga horária de trabalho¹⁸, relatos de assédio e a retração dos rendimentos em decorrência da inadimplência, ou por medidas de ajuste fiscal nos diferentes municípios – por enquanto.

A ARTICULAÇÃO CURRÍCULO-AVALIAÇÃO: COMPETÊNCIAS E CONTROLE

Proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade (BRASIL, 2018, p. 466).

A citação acima se refere à uma das teleologias do Ensino Médio no Brasil disposta

na atual prescrição curricular, e a que se remete mais diretamente aos princípios formativos intrínsecos à indissociabilidade entre o mundo do trabalho e ao exercício da cidadania. Em suma, as intencionalidades ético-políticas para a formação humana na sociedade capitalista atual. Cabe-nos parênteses aqui pela ciência do rol de pesquisas sobre o currículo e as políticas curriculares, o que não nos remeterá neste momento adentrar para releituras epistêmicas e temáticas, assim como às competências para o ensino de geografia, ou a discussão da mesma enquanto componente curricular na BNCC, mas apontar para os pilares que sustentam a formação dos jovens em três momentos, concluindo com o papel das avaliações externas para a certificação, mensuração e controle da pragmaticidade do prescrito. A primeira menção cabe aos usos do termo empreendedorismo-empregabilidade.

Por meio do fetiche da maquinaria e da mercadoria “capital humano”, essa ordem de pensamento mascara a origem real e única da produção da mais-valia: a apropriação privada do trabalho humano excedente. Em vez de centrar a análise no valor-trabalho e nas relações de classe, a análise passa a centrar-se em uma relação de troca de agentes de produção concebidos igualmente livres (SOUZA, 2005, p. 5).

O emprego da empregabilidade, sob nossa ótica, ressalta a formação para o mercado de trabalho no contexto de reformulação do regime de acumulação flexível, ou sua forma-conteúdo em tempos de *desempregabilidade*, sendo a educação concebida para “satisfazer la creciente demanda de trabajadores adaptables, capaces de adquirir fácilmente nuevos conocimientos, en lugar de trabajadores con un conjunto fijo de conocimientos técnicos que utilizan durante toda su vida activa” (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 27). Ou seja, além da pretérita iniciativa expor pela aparência a condição da reprodução social e material, não considera a essência instituída pela situação oscilatória entre a formalidade

e a informalidade do mundo do trabalho, o cenário de flexibilização e terceirização sob a premissa da erosão da estabilidade como expõe Sennett (2012), a ascensão do trabalho atípico (VASAPOLLO, 2005), e a contínua simplificação alienada do trabalho complexo, ratificando a transmutação da educação para o trabalho por meio da maleabilidade-adaptabilidade. Transformações estas que dão luz às novas formas do trabalho, sendo a educação pensada após a ofensiva neoliberal para a readequação dos sujeitos sociais, com destaque para o empreendedorismo, que passa a determinar pela apologia ao “novo empresariado” a premissa e o pressuposto para a marginalização social (VASAPOLLO, 2005), ficando a equidade na *autocapitalização-de-si-próprio* para o incremento da competitividade – o ideário liberal da vida!

O *modus operandi* se baseia na Pedagogia das Competências, tomado aqui como segundo momento. Seria, sinteticamente, o mecanismo pedagógico para a responsabilização do trabalhador pela sua subsistência-trabalho por meio do acúmulo de conhecimentos escolares; travestindo o conhecimento em ferramenta capitalizável não só no aspecto cognitivo, mas principalmente atitudinal. Por meio das competências, e sua pedagogia, no contexto da crise do emprego, se desloca o conceito de qualificação como posto fixo no trabalho ou comprovada mediante o diploma, para a adaptação – inclusive socioemocional.

A lógica da competência se inscreve no movimento que se acirra nos anos 80 [...] de declínio das intervenções reguladoras do Estado no domínio econômico, modificando as formas de regulação entre oferta e demanda de emprego. Com a competência [...] a referência aos postos ideais (definidos no coração dos negócios coletivos e paritários) se rarefizeram em proveito das formas de adaptação à diversidade do concreto (RAMOS, 2001, p. 65).

Em outras palavras, não se trata mais da formação unilinear para o exercício de uma atividade profissional para o trabalho simples, assim como frações significativas do complexo, mas o preparo para o mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo, como reitera a atual BNC-Formação (BRASIL, 2019), tingido pela entrega submissa ao capital em sincronia à “cidadania de novo tipo”. Por fim, o emprego da cidadania ativa, delimitada principalmente à escala local por meio de valores voluntários, éticos e morais calcados no desenvolvimento sustentável sob a responsabilização dos sujeitos históricos, fecha o ciclo para a formação do novo tipo humano tendo em vista a conformação da classe trabalhadora ao sociometabolismo da barbárie (ALVES, 2011) por meio da autorresponsabilização da miséria (ANDRADE; COSTA, 2019).

Sob os três princípios formativos, que orientam parte da finalidade do último nível de ensino da Educação Básica, se assentam as competências nas diferentes áreas do conhecimento, como incorre a BNCC – que estruturalmente fora normatizado pelo ENEM (COUTO, 2016) sob os princípios do PISA. Com este intuito, as avaliações externas se redefinem no contexto de ofensiva neoliberal impulsionadas pelos princípios do gerencialismo e do Controle da Qualidade Total (CQT) para além da diagnose – avaliações de terceira geração, ou *high stakes* (BONAMINO; SOUZA, 2012). Se sobrepondo à relação ensino-aprendizagem, estas estão no curso da teleologia do controle, da meritocracia e do ranqueamento (AFONSO, 2009), se diferindo nos sistemas nacionais de ensino em diferentes propósitos e vértices, cada vez mais intrínsecos aos mecanismos meritocráticos, indicando à provável *voucherização*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua essência, podemos tomar como hipótese, com base nas evidências históricas pós-crisis e no exame da agenda neoliberal para a educação aqui tratadas, assim como os caminhos atuais norteados pelo MEC, em simetria

ao TPE, que ontem já está sobreposto no hoje e rumando para o horizonte próximo. Primeiro pela combinação do ajuste fiscal em curso, e já mensurado para o futuro, em decorrência dos gastos atuais e da subtração da arrecadação da União, dos estados e municípios, que dificilmente não seguirá a tendência verificada nos últimos anos em relação ao financiamento da educação pública, que determina diretamente a estrutura escolar – a dualidade estrutural tende a se agravar. Segundo por meio da intensificação da precariedade do trabalho docente, diante da tendência sincrônica entre a aniquilação da participação dos sindicatos na mediação da relação capital-trabalho¹⁹, incluindo a representação dos profissionais da educação, da inserção dos pacotes educacionais auxiliados pelas TIC – já em curso – *tutorizando* parte dos professores, da liofilização da escola pública e privada – tendo em vista a consolidação da *low cost* e da retração da demanda pela perda do poder de compra de frações da classe média –, das novas formas de contratação consolidadas atualmente, e da supressão da sua autonomia propedêutica para a instrumentalização do conhecimento aferido já no percurso formativo.

Por fim, não concebemos outro caminho posterior destoante da ratificação da política do conhecimento em decorrência das transformações do mundo do trabalho e da acentuação da precariedade do labor, que tende a ampliar, exposto aqui por meio da intensificação do processo de uberização e do trabalho intermitente, associado às medidas de controle-regulação por meio das avaliações para a aferição e a discriminação da qualidade educacional sob a vereda da competitividade – *voucherização*, também em curso teórico e intencional²⁰. Portanto, não se trata de uma agenda nova que se desnuda nos dias atuais, assim como os pressupostos para o futuro com os mantras do “novo normal”; mas sínteses que se evidenciam nos dias de isolamento social por meio de relatos de assédio moral, da ampliação da carga horária de trabalho em casa – que contrapõe na concretude às benesses do “*home office*” –, e muito provavelmente da ascensão do absenteísmo em decorrência da

reorganização do calendário escolar que prevê, ainda não oficialmente, a utilização dos finais de semana e períodos de férias.

NOTAS

¹ Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,controle-do-coronavirus-pode-levar-ainda-cinco-anos-afirma-cientista-chefe-da-oms,70003302640>>. Acesso em: 20 maio 2020.

² Disponível em: <<https://conteudos.xpi.com.br/economia/boletim-focus-04-05-2020/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

³ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3540%208&Itemid=3>. Acesso em: 02 maio 2020.

⁴ Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33555>>. Acesso em: 03 maio 2020.

⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/07/pedidos-de-seguro-desemprego-nos-eua-chegam-a-33-milhoes-em-7-semanas.ghtml>>. Acesso em: 02 maio 2020.

⁶ Ressaltamos que este levantamento fora realizado no dia 18 de maio de 2020. Muito provavelmente os dados tendem a mudar ao longo do tempo.

⁷ Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/navegacao-superior/noticias/mercado-de-trabalho-icd-avanca-e-sinaliza-ritmo-forte-da-taxa-de-desemprego-1.htm?utm_source=portalgv&utm_medium=fgvnoticias&utm_campaign=f_gvnoticias-2020-04-08>. Acesso em: 02 maio 2020.

⁸ Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017).

⁹ “Sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de “metas” é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior” (ANTUNES, 2018, p. 36).

¹⁰ Seja por trabalhadores sobre bicicletas, que muitas das vezes não as possuem, com mochilas grafadas com nomes de aplicativos; ou a ciência de suicídios na filial da Foxconn chinesa; ou a existência de ciber-refugiados no mundo; ou, por fim, trabalhadores que residem nas ruas do centro da cidade de São Paulo (ANTUNES, 2018).

¹¹ Esta assertiva se confirma ao examinarmos o currículo dos cursos de licenciatura em Geografia no estado do Rio de Janeiro ofertados por Instituições de Ensino Superior públicas.

¹² Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/siga-brasil>>. Acesso em: 02 maio 2020.

¹³ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/guedes-vouchers-para-educacao-na-1-infancia-estao-na-agenda-do-governo-para-desigualdade-24202370>>. Acesso em: 02 maio 2020.

¹⁴ Percentual projetado.

¹⁵ Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/11/19/escola-para-a-classe-c-e-novo-foco-de-investidor.ghtml>>. Acesso em: 02 maio 2020.

¹⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/escolas-municipais-nao-tem-porteiro-2798925>>. Acesso em: 03 maio 2020.

¹⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2020/04/14/prefeitura-de-rio-das-ostras-rj-demite-mais-de-mil-profissionais-da-educacao.ghtml>>. Acesso em: 02 maio 2020.

¹⁸ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/04/09/interna_gerais1137294/prof_essores-de-mg-denunciam-sobrecarga-de-trabalho-mais-de-12h-por.shtml>. Acesso em: 02 maio 2020.

¹⁹ Vide a atual Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020.

²⁰ Ver: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/no-senado-weintraub-anuncia-programa-anual-de-voucher-para-educacao-infantil-que-preve-em-media-75mes-por-crianca-24242900>>. Acesso em: 25 maio 2020.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, p. 13-29, 2009.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANDRADE, Rodrigo Coutinho; COSTA, Luiz Felype Xavier. A categoria cidadania na BNCC de Geografia: as finalidades formativas no processo de recomposição burguesa. **Revista Tamoios**, v. 15, n. 2, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educacion**: estudio sectorial del Banco Mundial. Estados Unidos: Banco Mundial, 1995.
- _____. **Professores excelentes**: como melhorar a aprendizagem dos estudantes da América Latina e Caribe. Washington: Banco Mundial, 2014.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, 2012.
- BRAGA, RUY. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília: MEC, 2015.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- _____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília: MEC, 2019
- _____. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)**. Relatório. Brasília: MEC, 2020.
- COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social**: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.
- COUTO, Marcos Antônio Campos. Base Nacional Comum Curricular – BNCC Componente Curricular: Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 19, p. 183-203, 2016.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 2015-2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?idpesquisa=40>. Acesso em: 22 maio 2020.
- INEP. **Censo Escolar da Educação Básica, 2000-2019**. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2020.
- _____. **Censo Escolar. Resumo técnico**. Brasília: INEP, 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, p. 77-96, 2002.

MONTAÑO, Carlos. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: o papel político-ideológico do “Terceiro Setor”. In: ADRIÃO, Teresa; PERONI, Vera (Org.). **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008, p. 23-42.

OCDE. **Education at a Glance 2018**. Paris: OCDE, 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, n. 1, p. 17-35, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Sistema nacional de educação articulado ao plano nacional de educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 380-392, 2010.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SOUZA, José dos Santos. O recrudescimento da teoria do capital humano. **Cadernos Cemarx**, v. 3, n. 1, 2005.

_____. A pedagogia política renovada do estado brasileiro para a formação profissional e conformação social de jovens de baixa renda. **PLURAIIS-Revista Multidisciplinar**, v. 4, n. 3, p. 36-53, 2020.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 27, p. 1-17, 2019.

YOUNG, Michael FD. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 609-623, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.